

REFLEXOS DA CRISE: Aliados do Governo não foram consultados sobre pacote de corte de gastos e aumento de impostos

Líderes governistas temem reação do Congresso

Medidas têm que ser votadas até 31 de dezembro, o que preocupa a base de apoio a FH pelo pouco curto para negociar

Gustavo Miranda/30-10-97

Maria Lima e Helena Chagas

• BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique Cardoso não consultou sua base política na elaboração do pacote destinado a enfrentar a crise das bolsas e os políticos governistas estavam ontem apreensivos quanto à receptividade do Congresso a medidas impopulares como aumento de impostos e demissão de funcionários públicos. Os líderes governistas terão que correr contra o tempo para tentar aprovar as medidas na área tributária até 31 de dezembro, para que possam vigorar no exercício de 1998. O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), os líderes governistas e do PFL, do PSDB e do PMDB passaram o domingo na expectativa do anúncio das medidas, mas não participaram diretamente da discussão.

A expectativa de demissão de metade dos 55 mil servidores não estáveis da União era vista ontem pelos parlamentares como a medida mais amarga do pacote, que dificilmente seria aceita pelo Congresso.

— Os servidores públicos estão pagando um preço altíssimo. Há dois anos e meio estão sem aumentos e não podem ser punidos agora com demissões. O Governo sempre disse que não há excedente na área federal e que a preocupação era o inchaço das folhas estaduais. Como justificar isso agora? Demissão não bate com o discurso do presidente — disse o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN).

Mas o presidente da Câmara e líderes governistas acham que será possível convencer os políticos da necessidade de aprovar as medidas para manter a integridade do Plano Real e afastar o fantasma do descontrole inflacionário. Mesmo que os parlamentares tenham de assumir o ônus de votar o aumento de imposto ou corte de servidores, em véspera de eleição.

Nem Marco Maciel conhecia bem conteúdo das medidas

O ministro da Coordenação Política, Luiz Carlos Santos, explicou que a atuação do Congresso nos próximos dias será fundamental, já que as medidas de caráter tributário têm que ser aprovadas até 31 de dezembro. Santos acredita, porém, que os temores dos políticos quanto à impopularidade das medidas antes de sua divulgação poderão não se concretizar.

— Às vezes, se cria uma expectativa, o pessoal espera pelo pior e, quando as medidas são divulgadas, não é tão ruim assim.

Até o vice-presidente Marco Maciel mostrou saber pouco sobre o conteúdo do pacote em encontro com dirigentes pefelistas no sábado. Os parlamentares perguntaram, mas o vice não soube confirmar quase nada. O líder do Governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse ter recebido uma ligação do presidente Fernando Henrique Cardoso, que quis saber a repercussão das medidas já vazadas. Mas os demais líderes e os tucanos mais próximos ao Planalto não foram consultados. Alguns líderes anteciparam o retorno a Brasília, mas apenas hoje começarão a discutir as medidas, após o anúncio oficial.

— Comigo o presidente não trocou idéia nenhuma. Ninguém



O PRESIDENTE DA CÂMARA, Michel Temer: fora das discussões a respeito do pacote econômico e na expectativa das medidas anunciadas ontem pelo Governo contra a crise nas bolsas de valores

sabe ainda o que é esse pacote. Estamos aguardando o anúncio para ver qual vai ser a reação no Congresso — disse Geddel Vieira Lima (PMDB-BA).

— A idéia é fazer o anúncio e só depois discutir. São medidas de governo e não tem o que discutir ou negociar. A única coisa que sabemos é que serão medidas amargas, que terão total solidariedade do PSDB — disse o presidente do partido, senador Teo-

tônio Vilela Filho (PSDB-AL).

O relator da reforma administrativa, deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) lembrou que o desastre do Plano Cruzado, em 86, foi provocado pela decisão do PMDB de adiar medidas amargas com medo do troco nas urnas.

— Na convenção de Carajás, o PMDB decidiu adiar os ajustes do Cruzado por causa das eleições. Elegeu nove governadores e no dia seguinte o Governo baixou o

pacote que não teve mais eficácia. A inflação chegou a 80%. O Congresso não pode se negar a aprovar essas medidas amargas por causa das eleições.

— As medidas não são fáceis. O Plano Real tem se caracterizado por não buscar o aplauso fácil. Mas a médio e longo prazo a sociedade acaba entendendo que foram melhor para o país — disse o tucano Teotônio Vilela Filho.

Hoje, a Executiva Nacional do

PT se reúne e a discussão será concentrada na posição do partido e das esquerdas no encaminhamento do pacote fiscal e tributário no Congresso. Ainda magoados com as críticas feitas pelo presidente na última semana, os parlamentares da oposição dizem que o Governo tem de mudar a postura e parar de responsabilizá-los pelos erros da política econômica. Mas desde já avisam que não fugirão à análise das pro-

postas que serão anunciadas. A decisão é manter as críticas ao modelo econômico neoliberal, apresentar propostas alternativas e apoiar as propostas do Governo que julgarem boas. Ao aceitar examinar as medidas, a oposição exigirá que se retire a questão eleitoral da agenda da crise.

“Não podemos apostar na crise”, afirma Genoíno (PT)

— Não podemos apostar na crise. Somos favoráveis ao fim das isenções absurdas, ao aumento do IPI para supérfluos, e até as demissões dos não estáveis. Mas somos contra a retirada do IOF para o capital especulativo. Queremos medidas de proteção na área social, porque sem isso vamos para a barbárie social com aumento de juros e recessão — disse o deputado José Genoíno (PT-SP).

O líder José Roberto Arruda disse que esta semana quase todo o trabalho será concentrado na discussão e encaminhamento das propostas do pacote de ajustes. Na conversa que teve com o líder no meio da tarde, Fernando Henrique avisou que os parlamentares teriam muito trabalho esta semana.

— Nestes últimos dias, por onde passo sinto que a preocupação maior é com a defesa do real. Isso deve se refletir no Congresso e pairar acima de qualquer questionamento — disse Arruda. ■